

Representações sociais sobre educação e trabalho por parte de jovens estudantes trabalhadores

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco

Introdução

Este trabalho é o resultado de uma investigação mais ampla, que vem sendo realizada desde 1990 junto a alunos do ensino médio¹ em várias regiões do Brasil.

Trata-se de uma pesquisa diagnóstica e empírica, que aborda, entre outros aspectos, as condições dos jovens que freqüentam esse nível de ensino, em geral no período noturno e que são, em sua grande maioria, estudantes-trabalhadores.

A partir desse objeto de estudo, procuraremos destacar a situação desses jovens em relação à família, à escola e ao trabalho. Além dessas informações contextualizadas, estaremos trabalhando com as representações sociais dos sujeitos em estudo.

Eleger a análise das representações sociais justifica-se, na medida em que todo e qualquer estudo na área da educação deve ser ampliado através do *uso e da representação social de seus informantes* sobre os mais diversificados assuntos. E, dentre os possíveis assuntos, em nosso entender, torna-se imprescindível captar as representações sociais acerca do sistema de ensino, em geral; do mercado de trabalho; e das relações de produção que caracterizam a estrutura social na qual os estudantes-trabalhadores estão inseridos.

Valorizar o estudo das representações sociais, enquanto categoria analítica na área da educação, representa um avanço e significa efetuar um corte epistemológico que contribui para o incremento dos velhos paradigmas das ciências psicossociais.

1 Antigo 2º grau.

Sabemos que as representações sociais são elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e de gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato, que expectativas demonstram ter, etc.

Evidentemente, o maior ou o menor nível de sofisticação da linguagem está condicionado às condições de subsistência que historicamente determinam diferenças entre os grupos sociais.

Apesar de sua importância, enfatizada em várias ocasiões, o estudo das representações sociais não tem sido suficientemente explorado pela maioria dos educadores e nem mesmo pelos teóricos da psicologia tradicional, sob a falsa alegação de que entre o “*que se diz*” e o “*que se faz*” existe um abismo intransponível.

Quando falamos em representações sociais, partimos de outras premissas. Acreditamos que elas são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da relação dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem.

O objeto pensado e falado é, portanto, fruto da atividade humana, ou seja, uma réplica interiorizada da ação.

Neste sentido, concordamos com Leontiev quando diz que “*as representações sociais são comportamentos em miniatura*”. Por esta razão, nós lhes atribuímos uma virtude preditiva, uma vez que, segundo o que um indivíduo diz, não apenas podemos inferir suas concepções de mundo, como também podemos deduzir sua “*orientação para a ação*” (Leontiev, 1978, p. 25).

Daí a importância de se conhecer o aluno não apenas em termos de suas condições de subsistência ou de sua situação ocupacional. É preciso ampliar esse conhecimento pela compreensão de um ser social e histórico inserido em uma determinada realidade familiar, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e nível de apreensão crítica da realidade.

Por outro lado, a escolha do ensino de 2º grau (ensino médio) como objeto de estudo está impregnada de inúmeras justificativas. Dentre elas destacaremos algumas.

O ensino médio, no Brasil, sempre configurou-se como um nível de ensino de difícil enfrentamento, principalmente devido à sua histórica indefinição.

Melhor ou pior, o ensino fundamental (de 1^a a 8^a séries) é um só. Suas propostas curriculares estão organizadas tendo por base a oferta de conteúdos comuns, universais e unitários. No extremo oposto, o ensino superior apresenta-se totalmente segmentado em torno das diferentes áreas do conhecimento. No âmbito da educação universitária, existem cursos para médicos, advogados, sociólogos e assim por diante. Neste caso, observam-se, pois, recortes mundialmente aceitos e vistos como necessários para o aprofundamento dos estudos em determinados ramos de especialização.

Já, no que se refere ao ensino médio, deparamo-nos com variadas versões em relação à sua concepção e, em conseqüência, nunca foi fácil aquilatar a qualidade de suas propostas curriculares ou mesmo de suas formas de organização, de estrutura e de funcionamento.

Ou seja, esse “meio de campo” que se situa entre o ensino fundamental e a educação superior sempre oscilou entre duas alternativas básicas: oferecer um ensino profissionalizante com caráter de terminalidade (ao final da educação secundária) ou oferecer um ensino “propedêutico” e essencialmente voltado ao prosseguimento dos estudos em nível superior.

Essa discriminação, que tende a reforçar as por demais flagrantes contradições instaladas na realidade social, tem sido, ao longo dos tempos, responsável pela configuração dual e discricionária de dois tipos de ensino a serem incorporados em um mesmo nível.

Discricionária por que, se levarmos em conta não apenas as condições de acesso ao ensino superior, mas também as origens históricas dos cursos profissionalizantes, poderemos perceber a nítida divisão ideológica que se estabelece entre os cursos voltados à continuidade dos estudos e, possivelmente, dirigidos à formação de líderes dirigentes e aqueles voltados à formação ou aperfeiçoamento dos menos favorecidos e direcionados à classe trabalhadora.

Um outro motivo que justifica a escolha do ensino médio diz respeito à grande expansão de matrículas e de demanda para esse nível de ensino, observada principalmente nesses últimos cinco anos.

Além disso, trata-se de um ensino que funciona basicamente no período noturno e que absorve um grande contingente de estudantes-trabalhadores.

A partir dessa convergência de interesses torna-se importante diagnosticar as condições familiares e educacionais, bem como especificar as representações sociais de jovens trabalhadores sobre a escola e o trabalho.

Objetivos

Tendo em vista as considerações já arroladas, procuramos efetuar um investigação junto a alunos do ensino médio, levando em conta:

- sua origem familiar;
- sua inserção potencial ou efetiva no mercado de trabalho;
- suas representações sociais ante a escola, em termos do prosseguimento dos estudos;
- suas representações/expectativas/aspirações profissionais e o nível de sua consciência e participação social.

A Pesquisa

Foram contatados 955 alunos do ensino de 2º grau, sendo 732 provenientes de 24 escolas estaduais e 233 oriundos de seis escolas particulares. Todos eles estudantes e residentes no município de São Paulo, em 1992 e atualizados em 1995.

O critério para a escolha das escolas estaduais levou em conta sua localização geográfica (diversificando assim escolas de periferia das mais centrais) e o turno de funcionamento das classes (diurno ou noturno). As escolas particulares serviram de contraponto para a análise dos dados e foram recrutadas entre aquelas de médio-alto prestígio no cenário educacional paulistano.

Após o esclarecimento acerca dos objetivos da pesquisa, os alunos foram convidados a responder um “*questionário reflexivo*” composto por 62 questões. Estamos denominando “*questionário reflexivo*” um instrumento que além de possibilitar a captação de dados fatuais (via questões “fechadas”), coloca ao respondente uma série de desafios, via questões “abertas”, ante as quais ele deve expressar suas representações sociais e emitir suas opiniões consubstanciadas.

Apesar do número elevado de questões, os alunos mostraram-se bastante receptivos formulando respostas bem elaboradas, demonstrando grande interesse em participar e em ter oportunidade de se expressarem e serem ouvidos.

Para a leitura das respostas utilizamos os procedimentos de “*análise de conteúdo*” com apoio na proposta de Henri Moscovici (1981), que distingue os procedimentos abertos dos procedimentos fechados e é coerente com a defi-

nição de análise de conteúdo de Holsti (1962). “A análise de conteúdo é uma técnica para se fazer inferências, através de identificação sistemática e objetiva das características específicas da mensagem”, p. 25. Partimos, portanto, de uma análise geral das condições sociológicas e psicológicas da população objeto de nossa pesquisa, e particularizamos as questões fundamentais objetivando identificar as necessidades, expectativas, representações sociais, inserções social e profissional, bem como as características familiares dos alunos estudados.

Os resultados

Dados de caracterização

De acordo com os objetivos dessa pesquisa, a apresentação dos resultados incide predominantemente sobre as informações obtidas junto aos alunos que freqüentam a rede estadual de ensino (n. 732). Aqueles obtidos junto aos alunos provenientes das escolas particulares (n. 233) serão usados como contraponto sempre que se fizer necessário.

Idade

Mais da metade da amostra (66,1%) estava compreendida entre 17 e 19 anos. Isto se observou tanto na rede pública quanto na rede particular.

Essa distribuição etária pode ser considerada esperada para o ensino médio. Todavia, dados mais recentes e colhidos em 1997 mostram uma grande defasagem entre idade e série, o que demonstra uma ida e volta aos bancos escolares, principalmente na rede pública, por parte de jovens/adultos com distorção de até 4 anos de atraso em relação à faixa etária esperada.

Sexo

Trabalhamos com 41,05% de homens contra 58,9% de mulheres.

Embora tenhamos tentado conseguir o mesmo de número de homens e mulheres isso não foi possível, pois nas escolas visitadas a quantidade de alunos do sexo feminino apresentava-se sempre discretamente maior (principalmente na rede estadual).

Comparando esse dado com a *totalidade* dos alunos que freqüentam o ensino médio² nas escolas públicas do estado de São Paulo, nota-se a mesma tendência: é maior a presença de mulheres.

Diante disso, deparamo-nos com uma contradição. Por um lado, as mulheres tendem a ser mais preservadas e menos pressionadas, seja para prosseguir nos estudos, seja para definir suas futuras profissões. Assim é que, observando-se a constelação familiar da grande maioria de nossos sujeitos, verifica-se uma estratégia de apoio aos membros mais jovens, em geral homens, para os quais todos (pais, irmãos mais velhos com escolaridade inferior) contribuem, no sentido de arcar com as despesas (no bojo de um orçamento exíguo), investindo, assim, na melhoria educacional de pelo menos um dos elementos da unidade familiar.

Por outro lado, sabemos que, ao contrário do que se supõe, o fato de estar inserido no mercado da trabalho é condição que possibilita ao jovem o acesso à escola, mesmo que seja no ensino público. Pois, ainda que gratuito, esse ensino não o libera das despesas com condução, vestuário e material escolar. Estando, em geral, o mercado mais aberto à absorção de jovens do sexo masculino, perpetua-se o discricionário círculo vicioso que circunscreve a condição feminina. Em conseqüência da menor chance de conseguir um trabalho satisfatoriamente remunerado, a mulher enfrenta maiores dificuldades em prosseguir em sua vida acadêmica. Em decorrência, terá que enfrentar, posteriormente, maiores dificuldades para galgar os patamares de sua ascensão profissional!

Escolaridade dos pais e das mães

Existe um nivelamento do grau de instrução dos pais e mães dos sujeitos provenientes da rede estadual dessa amostra, já que a maioria dos dois grupos (pais e mães) concentra-se nos patamares mínimos de escolarização (primário incompleto e primário completo).

Estudos têm mostrado que o aluno que freqüenta, hoje, o ensino médio da rede pública é sensivelmente diferente daquele que o fazia há 15 anos

2 Dados obtidos através da realização da pesquisa "Diagnóstico do Ensino Médio no Estado de São Paulo", Franco Barbosa, Maria Laura, 1997.

atrás. São oriundos de lares com menor poder aquisitivo e filhos de pais com um nível de escolaridade bem mais defasado.

É evidente que essa situação pode ser, em parte, explicada a partir da tentativa de democratização do acesso aos bancos escolares no bojo dos dispositivos legais da Lei 5692/71, seja ampliando a escolaridade básica de 4 para 8 anos, seja aumentando a oferta do então ensino de 2º grau.

No entanto, no contexto desses dados, existem alguns aspectos que ultrapassam as explicações legalistas.

Tendo em vista a crescente valorização da escola observada nos últimos anos e aliada à democratização (ainda que relativa) da oferta educacional, é compreensível que os alunos da rede pública que cursam o ensino médio sejam filhos de pais que se situam em patamares muito mais baixos em relação à escolarização recebida. Trata-se, sem dúvida, do resultado de um processo de mudança de valores que se estabelece entre diferentes gerações e que está ocorrendo na sociedade brasileira, principalmente nos pólos urbanos mais desenvolvidos.

Outro dado a considerar diz respeito ao nível de escolaridade dos pais de filhos que estudam em escolas particulares. Como era de se esperar, nesse caso, a escolarização dos pais é mais alta. No entanto, as mães também se localizam nos patamares iniciais de instrução, chegando, em alguns casos, apenas até o colegial. Já a porcentagem de pais com superior completo é exatamente o dobro quando comparada às mães dos filhos provenientes das escolas particulares estudadas.

Esse é mais um dado a confirmar a *relativamente recente*³ abertura para a profissionalização da mulher, antes socialmente destinada a assumir o lar, os filhos e os afazeres domésticos.

A relação escola e trabalho

Da totalidade de alunos contatados, cerca de 65% freqüentavam o ensino médio em escolas estaduais do município de São Paulo e durante o período noturno. Dentre eles, a expressiva porcentagem de 82% indica que são estudantes-trabalhadores. Ou seja, estudam e trabalham. É, portanto, desses estudantes que vamos nos ocupar por ocasião da análise da relação que se es-

3 Porém não totalmente indiscriminada.

tabelece entre escola e trabalho. Não apenas por representarem a maioria, mas também por incidirem na pauta de um de nossos principais interesses.

O levantamento das funções desempenhadas por esses jovens foi de molde a indicar que 73% estão engajados em funções que classificamos como “de administração de rotina”. São mensageiros, auxiliares de escritório, *office-boys*, recepcionistas, entregadores, etc. Diminuta foi a porcentagem (9%) daqueles que trabalhavam diretamente na produção como torneiros, mecânicos, ferramenteiros, etc... e menos ainda (6%) foi a presença de alunos em funções que poderíamos classificar de qualificadas e com algum *status*, como de chefias e/ou em funções que exigem um treinamento mais específico (desenhistas e projetistas, por exemplo).

No que se refere às condições de trabalho, os alunos mostraram-se insatisfeitos por vários motivos: ou porque o salário é insuficiente⁴ para custear suas próprias despesas e ainda contribuir para o orçamento familiar (o que se observou em 22% dos sujeitos); ou porque não estão trabalhando em funções para as quais estão se preparando⁵; ou, principalmente, pela sobrecarga que significa estudar e trabalhar na atual estrutura de funcionamento dos cursos noturnos.

Nas explicações verbalizadas, percebeu-se que realizam verdadeiras acrobacias para poder conciliar escola e trabalho. O maior problema apontado por eles, na sua rotina sobrecarregada, que geralmente vai das 6 horas da manhã até a 1 hora do dia seguinte, foi o transporte coletivo, do qual dependem, e como sabemos é deficitário. Trabalham, em média, 8 a 10 horas por dia, viajam de 2 a 3 horas para se deslocar de casa para o trabalho e do trabalho para a escola (em geral localizada nas periferias do município e próximas às suas residências). Após um dia cansativo, sem tempo para jantar, chegam ou tentam chegar à escola às 19 ou 19:30. Cansados, retomam às suas casas, dormindo entre 5 a 6 horas por dia.

acho injusto fecharem o portão da escola para quem chega atrasado. Eu, por exemplo, chego todo o dia atrasada, pois saio às 18:30 do trabalho e tenho aula às 19:30 horas. Não dá tempo de chegar... (depoimento de uma aluna).

4 A concentração estatística relativa aos ganhos salariais, localizou-se entre 1 e 3 salários mínimos.

5 Reivindicação muito comum dentre os alunos de cursos profissionalizantes.

As representações sociais

Sobre a escola

Dentre os alunos consultados, a valorização da escola e da escolarização está diretamente relacionada às condições socioeconômicas dos mesmos. Ou seja, quanto menor o poder aquisitivo da família, quanto menor o nível de instrução dos pais, maior será a representação social que se desenvolve sob forma de fetiche em torno da escola. Sendo esta vista como uma real oportunidade de ascensão para os jovens.⁶

Os educadores não se cansam de denunciar a baixa qualidade do ensino e a deteriorização das propostas educacionais. No entanto, apesar do descontentamento e do desânimo que contamina os especialistas dedicados ao estudo do ensino público, no Brasil, esta escola, que aí está, continua constituindo-se em uma forte demanda social, principalmente por parte das populações de baixa renda.

Em específico no que se refere ao ensino médio, a essa demanda se acresce uma reivindicação por cursos profissionalizantes, apesar das críticas que lhe são dirigidas.

Esses demandatários representam a escolarização como uma espécie de capital, ou como um investimento necessário para a conquista de uma força de trabalho mais qualificada e melhor remunerada.

No âmago dessa representação, encontra-se o detalhamento de uma hipótese que culminou com a teoria do capital humano. Entendida nessa perspectiva, a promoção escolar, sobretudo a voltada para as necessidades específicas da produção, satisfaz tanto as necessidades e interesses do trabalhador como do empregado e a mão-de-obra passa a ser vista como um fator econômico com qualidades distintas, dependendo do seu nível de qualificação.

A teoria do capital humano é seriamente questionada e tida como insuficiente para explicar as economias de mercado submetidas às leis do capital. Uma das críticas mais contundentes ressalta o caráter cíclico de tais economias, o que impede e limita a capacidade da estrutura ocupacional em

6 - Senão a única.

absorver toda a mão-de-obra disponível, especialmente em uma conjuntura de crise e desemprego.

Por esta razão, a expansão do sistema escolar e um programa de profissionalização não resolvem a questão do desemprego e da crise. Garantem, apenas, em parte, o retorno individual da educação.

Mesmo assim é impossível deixar de levar em conta que, no embate competitivo, as credenciais e os anos de estudo atuam como importantes fatores de discriminação, facultando melhores condições de trabalho àqueles mais qualificados em termos de escolarização recebida.

Quando questionados a responder "*Para que serve a Escola*", as maiores concentrações percentuais indicaram que os alunos ampliam suas representações sociais acerca dessa instituição social. Continuam representando a escola como agência transmissora de conhecimentos (21,6%).

Todavia, percebem, também, a função instrumental da escola, admitindo que ela prepara para a vida futura capacitando o aluno para o domínio de habilidades básicas como ler, escrever, realizar operações matemáticas e adquirir conteúdos necessários para sobreviver em uma sociedade essencialmente competitiva.

Outros (24,3%) mostraram-se conscientes da função reprodutivista da escola e declararam que além da transmissão de conhecimentos, os estabelecimentos de ensino se encarregam da inculcação de valores, padrões e normas destinadas a integrar e enquadrar o indivíduo na estrutura social vigente.

Não se observou nenhuma resposta na qual o sujeito demonstrasse saber que, se por um lado a escola reproduz a cultura e os valores dominantes, por outro lado, nela também se instalam as contradições sociais, o que abre espaços para a crítica e para a transformação.

Isto, de certa forma, vem corroborar informações já difundidas acerca da quase total ausência de propostas educacionais dirigidas ao desenvolvimento da consciência social do aluno. Pelo contrário, as experiências e propostas educacionais, em geral, tendem a reforçar a concepção tradicional de escola, para a qual o estudante se dirige com a finalidade de receber os conhecimentos disponíveis e incorporar valores socialmente aceitos.

Embora em pequena proporção, existiram aqueles (4,1%) que representaram a escola como uma possibilidade de "*se tornar pessoa*", de "*se desenvolver como gente*", de "*fazer amigos*" ou mesmo de "*se realizar*".

Por trás dessa representação acerca da escola percebe-se a influência das teorias humanistas da educação, no bojo das quais se discute a limitação dessa instituição como agência transmissora do saber e enfatiza-se a necessidade de um ensino centrado no aluno e na importância do desenvolvimento de atitudes do professor voltadas à valorização do autoconceito e da personalidade individual.

Evidentemente, essas e outras tantas condições são indispensáveis para o bom desenvolvimento das tarefas escolares. Temos a lamentar, no entanto, a maneira acrítica que caracteriza a inadequada absorção do arcabouço conceitual das teorias ditas “psicologizantes” em educação. Tal fato, desencadeou (e continua desencadeando) entre os educadores uma visão idealista e romântica da escola e uma prática pedagógica na qual se procura valorizar o processo de aprendizagem e a interação professor aluno, no vazio. Por mais válidos que possam ser esses componentes, a forma não pode ser abstrata, esvaziada de conteúdos e distante de situações-problemas que possibilitem o desenvolvimento crítico e integral do aluno em sua condição de cidadão.

Na esteira dessa postura “romântica”, é bastante comum encontrar professores perdidos que, convencidos de uma relação “amistosa”, “paciente”, etc... com seus alunos, questionam pressupostos básicos das teorias de aprendizagem, tais como a necessidade de desenvolver técnicas e de utilizar eficientes recursos instrucionais para que seus alunos aprendam.

Nos descaminhos dos conflitos teóricos chegam a levantar restrições acerca da necessidade da hetero-avaliação da aprendizagem, a qual acaba, muitas vezes, sendo substituída apenas pela auto-avaliação.

O professor pode (e deve) incorporar a auto-avaliação no conjunto de suas práticas pedagógicas. No entanto, ele também precisa construir instrumentos válidos para avaliar seus alunos de uma maneira sistemática e contínua. Isso leva, em decorrência, ao entendimento da avaliação não como um instrumento de poder nas mãos do professor, mas como uma oportunidade de retroalimentação de todo o processo de ensino/aprendizagem, no qual professores e alunos precisam ter constantes *feedback* de seus desempenhos profissionais para o planejamento e replanejamento das respectivas atividades.

A nosso ver, a apreensão distorcida da “concepção lírico/romântica da educação”, desfigurando o compromisso da escola com o saber e o fazer, tem contribuído para a exagerada ênfase no processo de aprendizagem esvaziado

de conteúdos socialmente relevantes e para a conseqüente desqualificação do ensino.

Por outro lado, é preciso não interpretar ingenuamente os dados, pois, conhecendo a estrutura de poder que se observa em nossas escolas, permitimo-nos concluir que apesar das tentativas isoladas de muitos professores no sentido de incorporar à sua prática diretrizes das teorias “centradas no aluno”, o que se constata é a existência de padrões impostos de cima para baixo pela complexidade dos escalões hierárquicos que compõem os órgãos da administração central e das instituições escolares. Sabemos que são muito raras as ocasiões em que professores e alunos são convidados a participar, colaborar, serem ouvidos e decidir!

Evidentemente, não estamos defendendo um basismo ingênuo e negando a especificidade dos diferentes papéis e das instâncias decisórias a serem resguardadas na estrutura institucional/escolar.

No entanto, acreditamos que a escola poderá contribuir para a preparação de uma vida social democrática somente se criar um número bem maior de mecanismos para o exercício da democracia. É inútil insistir no discurso democrático se continuarem a persistir o arbítrio, o autoritarismo e a concentração do poder nas cúpulas, sem a ativa participação de professores, alunos e funcionários.

Sobre o trabalho

No que diz respeito às representações sociais sobre o trabalho, os respondentes parecem absorver todo o discurso ideológico que dissimula a realidade concreta e permanece no nível de sua idealização abstrata. Dentre eles, 29,1% conceituaram o trabalho de uma maneira imediata e individualista. Ressaltando seu caráter utilitário, o define como “uma atividade remunerada que garante a sobrevivência do homem”.

Outros (17,7%), cooptados pelo ideário liberal e pelas concepções psicológicas (e até religiosas) representam o trabalho como uma atividade “que dignifica o homem”, indispensável para seu desenvolvimento como ser humano e requisito fundamental para sua realização pessoal.

Aqueles que se afastam da compreensão do trabalho em seu sentido mais imediato e individualista (11,4%) demonstraram uma postura desen-

volvimentista ao defini-lo como uma atividade “necessária ao progresso e desenvolvimento do País”.

Ainda na vertente de uma representação menos individualista sobre o trabalho, é interessante perceber que 10,1% de nossos sujeitos afirmaram que o trabalho se restringe à atividade diária que possibilita “fazer amigos e interagir com as pessoas”.

Raros são os casos (6,3%) que demonstraram perceber – ainda que superficialmente – a exploração, a sobrecarga e a má remuneração “que não garante a muitos sequer a sobrevivência”.

Dentre os 8,9% que chegam a reconhecer a exploração, as injustiças e as desigualdades existentes no mundo do trabalho encontram-se aqueles que se deixam levar pela representação ética do trabalho e o concebem como “uma atividade rotineira, desgastante, porem, necessária”. Omitindo os determinantes estruturais de tais fatos, parecem acreditar que as desigualdades sociais são naturais e que, portanto, devem ser aceitas com uma certa dose de fatalismo. Assim, admitem que uns ganham mais do que outros “porque são mais bem dotados” ou “porque têm mais capacidade”. Sabemos que nem sempre isto acontece, se levarmos em conta a estrutura clientelista e de “apadrinhamento” que, muitas vezes, perpassa as relações de produção e as condições empregatícias.

O que não se observa, na fala dos jovens pesquisados, é a percepção de que o trabalho é uma atividade essencialmente humana e que as situações desiguais (estruturais e conjunturais) do mundo concreto são historicamente produzidas pelos homens e, portanto, só podem ser superadas pelos próprios homens que as produziram.

Essa representação a-histórica e deslocada da realidade concreta acerca da totalidade social e ante o mundo do trabalho nos leva a considerar o tríplice desafio com o qual nos deparamos quando a tarefa é rever o ensino médio.

Evidentemente, é necessário preparar o estudante para compreender e enfrentar o mundo do trabalho, não apenas devido às dificuldades que estão a cada dia se apresentando, como também porque a maioria desses jovens já está inserida no mercado com um nível de qualificação e remuneração que deixam muito a desejar.

Concomitantemente, é importante prepará-los para apreender e captar as regras do modo de produção capitalista para que possam dele compar-

tilhar, com sua força de trabalho, e poder desenvolver formas de organização junto aos trabalhadores.

Por outro lado, é preciso contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do estudante-trabalhador, desvelando as forças contraditórias que estão em jogo no mundo da produção, explicitando o conceito de trabalho do ponto de vista concreto, psicológico e social e levando-o à compreensão de seu próprio papel histórico.

Finalizando, diríamos que enquanto a escola não assumir para si a formação de jovens competentes, informados e conscientes, pouco estará colaborando para a necessária ruptura da alienação e da absorção acrítica de modelos criados em outras instâncias e inadequados à nossa realidade. Em suma, descolada dos gritantes problemas que nos afligem, provavelmente, estará incorporando propostas intimistas, alienadas e egocêntricas (que de descritivas passam a ser normativas) e com isso negligenciando a urgente luta contra as declaradas e injustas desigualdades sociais com as quais convivemos.

Resumo

O artigo analisa as representações sociais sobre a escola e trabalho por parte de jovens estudantes do ensino médio.

Foram contatados 955 alunos deste nível de ensino; foi aplicado um questionário "reflexivo" com 62 questões, que permitiu coletar, além dos dados gerais de identificação, as expectativas, representações sociais, opiniões e respostas relacionadas às situações problemas com base na vivência cotidiana dos respondentes (via questões "abertas").

Da totalidade dos alunos contatados, cerca de 65% freqüentam o ensino médio no período noturno em escolas estaduais do município de São Paulo e, entre esses, 82% estudam e trabalham. É desses que vamos nos ocupar para desenvolver as relações que estabelecem entre escola e trabalho.

Os resultados mostram que a valorização da escola depende das condições sociais do aluno. E é essa escola que aí está, embora eivada de críticas por parte dos especialistas, é vista como uma (senão a única) possibilidade de ascensão social.

O trabalho é conceituado de uma maneira imediatista e individualista. Não se percebe, na fala dos jovens pesquisados, a percepção de que o trabalho é uma atividade essencialmente humana e que as situações desiguais (estruturas e conjunturas)

do mundo concreto são historicamente produzidas pelos homens e, portanto, só podem ser superadas pelos próprios homens que as produziram.

A partir desta constatação delineamos os desafios que devemos enfrentar para a melhoria da educação e conscientização desses jovens.

Abstract

The article intends to analyse high school students social representations about school and work.

A "reflective" questionnaire with 62 open questions was used including questions about identification, expectations, social representations, opinions and problematic situations relating to their daily experience.

65% of the subjects go to public schools at night in the district of São Paulo and 82% of them also work. These students are the focus for the analysis of the relationship between school and work.

Results show that the value given to school depends on the social condition of the student. And the school, although very much criticized by specialists, is considered as one (or the only) possibility of social ascension.

Work is considered from an individualistic point of view. There is no indication of a conception of work as an essentially human activity and that unequal situations (structural and circumstantial) of the concrete world are historically created by men and can be overcome only by men.

Based on these results, it is possible to delineate the challenges we have to face to improve these student education.

Resumen

El artículo objetiva analizar las representaciones sociales sobre Escuela y Trabajo por parte de jóvenes estudiantes de la enseñanza media.

Fueron contactados 955 alumnos de ese nivel de enseñanza y fué aplicado un cuestionario "reflexivo" con 62 preguntas, lo que há permitido coleccionar, además de los datos generales de identificación, las expectativas, representaciones sociales, opiniones y respuestas a situaciones problema con fundamento en la vivencia cotidiana de los cuestionados (via cuestiones abiertas").

Del universo de los alumnos contactados, alrededor de 65% frecuentan la enseñanza media en escuelas Estatales del Municipio de São Paulo, en el periodo nocturno, y de esos 82%

estudian y trabajan. Es de este último por ciento que nos ocuparemos para desarrollar las relaciones que se establecen entre escuela y trabajo.

Los resultados muestran que la valorización de la escuela depende siempre de las condiciones sociales del alumno. Pero es esa la escuela que tenemos, aunque acribillada de críticas por los especialistas, la que es vista como una (sino la única) posibilidad de ascensión social.

El trabajo es visto de manera inmediata e individualista. Lo que no se percibe, en el discurso de los jóvenes investigados, es la percepción de que el trabajo es una actividad esencialmente humana, y que las situaciones desiguales (estructurales y conjunturales), del mundo concreto son históricamente producidas por los hombres y, así siendo, solo pueden superadas por los propios hombres que las produjeron.

Después de esas constataciones, desarrollamos los principales desafíos a enfrentar para la mejora de la educación de esos jóvenes

Referências bibliográficas

- Holsti, O. R. (1962). "Content Analysis" In: *Handbook of social psychology*, Reading Addison Wesley, Mass.
- Leontiev (1978). *Desenvolvimento do psiquismo*. Editorial Stampa, Lisboa.
- Moscovici, S. (1981). "On social representations". In: Joseph Forges, *Social Cognition*. Academia Press, New York.

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco
Fundação Carlos Chagas,
PUC-SP